



PRESIDENTE OU PRESIDENTA: QUESTÕES LINGUÍSTICAS E SÓCIO-CULTURAIS

Por Rosa Cleude R. Oliveira¹

Discussão Inicial

As preferências de uso deste ou daquele vocábulo por parte dos falantes podem desvendar as características culturais de uma sociedade, pois o léxico de uma Língua, pode ter o importante papel de revelar o perfil de seu povo.

Por isso, os vocábulos não são estanques no seu emprego: transformam-se quanto ao sentido ou quanto à frequência de uso, tanto em relação ao tempo, como em relação ao lugar em que são usados, bem como em relação às diferentes circunstâncias sociais.

Nesse sentido, a eleição no Brasil de uma mulher para a Presidência da República lançou mão de uma questão Linguística: Dilma Rousseff é “A *Presidente*” ou “A *Presidenta*” do país? O tema – qual das duas formas está “correta”? – passou a ganhar espaço na mídia à medida que o bom desempenho da candidata ia sendo apontado pelas pesquisas de intenção de voto. *Jornais*, *colunas* e *blogs* dedicaram-se a investigar, além do passado da candidata e de seus atributos como postulante ao cargo mais importante da nação, uma suposta tendência de Dilma de usar a palavra “*Presidenta*”.

Assim, partindo desta discussão, esta pesquisa deseja investigar o questionamento apontado acima, ou seja, se a escolha por parte dos falantes do vocábulo *Presidente* ou *Presidenta*, é uma questão estritamente gramatical ou é também uma questão sócio-cultural? Quer dizer, o que determina as mudanças em uma língua é a gramática dessa ou são os seus falantes? E

¹ Pós-Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: rosacleuderoliveira@hotmail.com

estas mudanças na Língua têm uma aceitação imediata ou às vezes, encontram alguma resistência social?

Deste modo, as pesquisas sobre as mudanças de uso dos vocábulos são de fundamental importância para o ensino de Língua Portuguesa, visto que estas comprovam com veemência que a Língua é viva e se modifica para atender às novas demandas sociais. Dito isto, acrescentamos que esta pesquisa se fundamenta na concepção de Língua que se baseia na percepção e consideração humana do mundo, isto é, na cognição humana do seu entorno social, haja vista que não se pode dissociar a linguagem humana do seu contexto sócio-cultural.

Portanto, por meio desta reflexão nesse contexto de produção, partimos da seguinte hipótese: São as questões culturais que determinam as mudanças na Língua, e não as questões gramaticais, então, a escolha de uso dos vocábulos *Presidente/Presidenta* por parte dos falantes, está muito mais atrelada às necessidades sócio-culturais do Brasil do que a sua gramática.

Assim sendo, a partir da candidatura e posterior vitória de uma mulher para a Presidência da República, diga-se de passagem, inédita no Brasil, o uso por parte dos falantes do vocábulo *Presidenta* está aumentando gradativamente.

Gêneros Gramaticais

Para Mattoso (1984), a flexão de gênero apontada nas gramáticas tradicionais do português é de certo modo confusa e incoerente. E essas incoerências ocorrem a priori por causa de uma incompreensão da natureza semântica dos gêneros, visto que os gêneros costumeiramente são associados ao sexo dos seres.

No entanto, os gêneros gramaticais são abrangentes, não se referem somente a animais e a seres humanos, ambos providos de sexo, mas se referem também a coisas, como por exemplo: *casa, ponte, sofá, palácio, pente e etc.*

Desse modo, mesmo em casos em que os substantivos são referentes a animais ou pessoas, há discrepâncias entre gênero e sexo. Temos como exemplos disto, as palavras: *testemunha e cônjuge*. Com relação à *testemunha*, ela será sempre feminina quer se trate de homem ou de mulher, o mesmo ocorrendo com *cônjuge*, que será sempre masculina independentemente do sexo ao qual ela se refira.

Mattoso Camara Jr., diz que: “na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos”, com a diferença que “as conjugações verbais não têm a menor implicação semântica”, ao passo que “a oposição masculino–feminino serve frequentemente para em oposição entre se distinguir os seres por certas qualidades semânticas,...”. (CAMARA JR., 1984, p.78).

Desse modo, o autor acima deixa claro que a oposição masculino/feminino, carregam consigo um significado. Então, a mudança de gênero pode implicar também numa mudança semântica. Assim, Mattoso afirmou:

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não–marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de jarro, barca um tipo especial de barco, como urso é a fêmea de um animal chamado urso, e menina é uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos determinados menino). (MATTOSO, 1984, p. 78)

Diante disso, Mattoso (1984) apresenta também outra confusão gramatical que é a de não distinguir flexão de gênero de certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo. Um exemplo que o autor traz dessa incoerência seria o caso dos substantivos *homem* e *mulher*, os quais as gramáticas apresentam como sendo *mulher* o feminino de *homem*. Para o autor supracitado, a descrição exata seria dizer que o substantivo homem será sempre masculino e que o substantivo *mulher* será sempre feminino, sendo este semanticamente relacionado ao substantivo *homem*.

Em relação ao gênero gramatical, Sandmann afirmou que: “A escolha que faço entre *primo* e *prima*, quando vou me comunicar, é anterior à frase, a fatores de sintaxe de concordância, o que não acontece com o feminino do adjetivo: primo simpático, prima simpática”. Diante disso, o autor supracitado chega à seguinte conclusão: “[...] são outros os fatores possivelmente de ordem cultural que não os do sistema da língua que levaram à recente e crescente rejeição da forma poetisa e sua substituição por (a) poeta” (SANDMANN, 1991, p. 81).

Assim, como o objeto de nosso estudo é o vocábulo *Presidenta* e seu emergente uso, sua formação ocorre através do substantivo masculino *Presidente* pela troca do morfema –e pelo

morfema -a vejamos o que Matoso diz sobre essa formação: “já os nomes, que são essencialmente substantivos, podem às vezes possuir um feminino em -a mesmo quando são de tema em -e (ex: mestre-mestra)” (MATOSO, 1984, p. 77).

No tocante à tradição gramatical, Evanildo Bechara, na Moderna Gramática Portuguesa, afirma em relação à formação dos substantivos femininos a partir de um substantivo masculino terminado em *e*: “Os em -e uns há que ficam invariáveis, outros acrescentam -a depois de suprimir a vogal temática”. O autor traz como exemplos: “*alfaiate - alfaiata, infante - infanta, governante - governanta, presidente - presidenta, parente - parenta e monge - monja*”. (BECHARA, 2009, p. 135).

Os autores Cunha e Cintra, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, ao se referirem aos substantivos terminados em -e, afirmam que algumas palavras na formação do masculino para o feminino à semelhança da troca do -o por -a, ocorre à troca do -e por -a. Como exemplos disso, os gramáticos apresentam: *elefante/elefanta, governante/governanta, infante/infanta, mestre/mestra, monge/monja, parente/parenta*. Os referidos autores trazem ainda a seguinte observação: “Os femininos *giganta (de gigante), hóspeda (de hóspede) e presidenta (de presidente)* têm ainda curso restrito no idioma.” (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 194)

Diante disso, acrescentamos que, apesar da possibilidade de formação da palavra *Presidenta*, os gramáticos acima afirmaram que o seu uso era restrito. No entanto, a edição da gramática adotada aqui, é de 2001, então, com as mudanças na esfera política, já mencionada, podemos perceber que esse uso não é mais restrito no Brasil e que essa modificação no uso foi desencadeada pelo contexto político do país.

A mesma discussão que acontece aqui no Brasil sobre o uso da palavra *presidenta*, ocorreu na Argentina quando Cristina Kirchner se apresentou como candidata. Como houve resistência ao uso da palavra *presidenta* pelos meios de comunicação em seu país, ela bradou em um discurso que desejava ser chamada, se eleita, de “*Presidenta*”. Após a posse, Cristina rejeitou documentos da Casa Rosada que continham a palavra *presidente* ao invés de *presidenta*, exigindo correção e nova impressão. Atualmente jornais Argentinos usam a palavra pedida pela *presidenta*.²

Linguística Cognitiva e Categorização Linguística

² Informações encontradas em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Pol%EDtica&newsID=a3094237.xml>>.

Esta pesquisa se ancora na Linguística Cognitiva, uma vez que a Teoria Gerativa não dá conta de explicar essas mudanças no uso de uma palavra promovida por uma transformação social. Assim, acreditamos que para se construir um significado é preciso levar em conta o contexto social e interacional.

Nesse sentido, a Linguística Cognitiva surgiu no final da década de 70 e início da década de 80. Sendo esta ciência por um lado impulsionada pelo interesse no tocante ao fenômeno da significação, e por outro, pela pesquisa psicolinguística sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização.

Dessa maneira, a categorização é um dos processos cognitivos fundamentais no qual a mente humana através de um processamento: identifica, nomeia e classifica as diferentes entidades como membros de uma mesma categoria. E a linguagem é o sistema para categorizar o mundo, ela reflete as nossas capacidades cognitivas universais, bem como das nossas experiências individuais.

Para a Linguística Cognitiva, categorizamos através dos protótipos, os quais são exemplos típicos que mais representam sua categoria, ou seja, são representações mentais de uma entidade. E essa categorização possui uma gradação, quer dizer, os membros de uma mesma categoria são agrupados através de similaridades parciais, ou graus parentescos, uns são prototípicos e outros são periféricos. Assim, os limites entre si, como também entre diferentes categorias são imprecisos.

Desse modo, segundo Augusto Soares (1997), esta concepção da categorização, conhecida como *Teoria do Protótipo*, tem a sua origem na investigação psicolinguística de Eleanor Rosch e seus discípulos sobre a categorização das cores, das aves, dos frutos e de outras classes de entidades.

No que concerne à eficiência e à necessidade da prototipicidade, Augusto Soares (1997) afirma que Geeraerts (1988c) propôs uma explicação psicológico-funcional, na qual a prototipicidade apresenta duas vantagens fundamentais: a *Flexibilidade* e a *Estabilidade*. A flexibilidade é “que lhes permite adaptarem-se aos vários contextos em que são usadas e integrarem novas entidades como membros mais ou menos periféricos”, ao passo que “a estabilidade proporciona a interpretação de novas experiências (através dos protótipos

existentes), sem que, para o efeito, seja necessária a criação de novas categorias ou a redefinição de categorias já existentes”.³

Desse modo, fazendo um contra ponto entre categorização linguística e classe gramatical, percebemos que enquanto nas categorias gramaticais, os membros precisam ter a mesma formação com elementos igualmente necessários e conjuntamente suficientes, na categorização linguística, permite uma flexibilidade e seus limites entre uma categoria e outra não são nítidos como são nas classes gramaticais. Isto evidencia uma oposição entre a concepção da Linguística Cognitiva e a visão da gramática tradicional na qual, não há espaço potanto, para graus de representatividade.

Assim, por duas razões principais podemos afirmar que o termo Presidente para representar o chefe de um estado republicano é prototípico em relação ao termo Presidenta. Em primeiro lugar, a prototipicidade se estabelece neste caso por questões sócio-culturais, haja vista que, de um modo geral, existe e existiram muito mais presidentes do que presidentas, ou seja, há uma predominância dos homens nesse cargo em relação às mulheres.

Outra razão que podemos apontar é o fato de que nas gramáticas o gênero masculino é predominante em relação ao gênero feminino, quer dizer, em linhas gerais o feminino é formado a partir do masculino. Por essas razões apontadas acima, podemos dizer que o vocábulo presidente possui uma representatividade maior para esta função.

Por conseguinte, segundo Augusto Soares (2004), ao passo que a Linguística Cognitiva considera a linguagem como meio da relação epistemológica entre sujeito e objeto, e procura, assim, saber como é que ela contribui para o conhecimento do mundo, a Linguística Gerativa toma a linguagem como objeto da relação epistemológica e quer saber como é que esse conhecimento da linguagem é adquirido. Portanto, a Linguística Cognitiva assume que fatores situacionais, biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais são necessários e fundacionais na caracterização da estrutura linguística, ao passo que a Linguística Gerativa os toma como secundários ou auxiliares.

Para a Linguística Cognitiva, as unidades e as estruturas da linguagem devem ser estudadas não como se fossem entidades autônomas, mas “como manifestações de capacidades

³ Citação retirada do texto “A Linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística de Augusto Soares da Silva” encontrado em: <http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt/05-11_silva.html>.

cognitivas gerais, da organização conceitual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.” (SILVA, 1997, p. 59).

Para Augusto Soares da Silva, a Linguística Cognitiva pode ser considerada como “um modelo recontextualizador, experiencialista, orientado para o significado e baseado no uso. E cada uma destas quatro características implica uma investigação socialmente orientada (SILVA, 1997, p. 52). Desse modo, a Linguística Cognitiva ratifica de forma explícita, não só que a competência para a linguagem se fundamenta em capacidades cognitivas gerais, como também que todas estas aptidões são culturalmente situadas e definidas.

Vejamos o que o autor acima afirma sobre o significado das palavras:

Para a Linguística Cognitiva, o significado de uma expressão linguística (lexical ou gramatical) não se esgota no conteúdo conceptual que ela evoca; igualmente significativa é a maneira como esse conteúdo é *construído/interpretado*, por outras palavras, o "construal" ou perspectivação conceptual que essa expressão impõe na cena que descreve. Assim, duas expressões podem representar essencialmente o mesmo conteúdo conceptual e, não obstante, diferirem semanticamente em virtude das diferentes perspectivações conceptuais ("construals") desse conteúdo. (SOARES, 1997, p. 52)

Dessa maneira, a linguagem de cada grupo se modifica de acordo com suas necessidades comunicativas. Assim, não produzimos novas formas, apenas porque isto é possível, mas porque nossas necessidades expressivas exigem novos vocábulos.

Então, os limites para a construção de novos lexemas, de novas palavras ou ainda a renovação de significado de uma palavra já existente é dado pela cultura, pela necessidade de interação sobre determinadas circunstâncias. Quer dizer, criamos novas palavras devido a nossa necessidade comunicativa, assim, só para nos reportarmos ao nosso “novo” vocábulo *Presidenta*, podemos dizer que essa frequência de uso está sim relacionada com o fato de termos em nosso país, pela primeira vez, uma mulher no cargo político mais importante para a nação brasileira.

Análise e Resultado dos Dados Coletados

Nesta seção, apresentaremos a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. Desta maneira, a partir de alguns dados coletados na Revista Veja. Bem como algumas pesquisas feitas no *site Google*, buscamos investigar se a escolha de uso do vocábulo *Presidente* ou *Presidenta* por parte dos falantes é uma questão estritamente gramatical ou é também uma questão sócio-cultural. Assim, analisaremos aqui dados retirados de quatro edições de Veja do ano de 2010 e 2011.

Vejamos a seguir o que a Revista Veja traz sobre o crescente uso do termo “*Presidenta*”. Em uma reportagem especial, que foi matéria de capa, intitulada: “Nós falamos mal, mas você pode fazer melhor”:

Nas últimas décadas, por força da urbanização, o fosso que separa a fala culta da “popular” tem se estreitado. Em meados do século passado, por exemplo, “a gente” não era aceito como equivalente de “nós”. Hoje, é uma forma perfeitamente apropriada. “Nós” ganhou certo ar formal. “De terno e gravada, a reunião é *conosco*. De bermuda e chinelo, pode falar com *a gente* mesmo”, brinca o professor de português Sérgio Nogueira. “A gente fomos”, é claro, continua sendo o que sempre foi: um erro. Aberrações como essa agridem tanto os ouvidos como a natureza da língua. O mesmo vale para a moda recente – instigada, talvez, pelo fato inédito de que duas mulheres estão concorrendo à Presidência – de impor uma declinação feminina ao substantivo “presidente”. No debate da Band, Dilma Rouseff reafirmou o seu desejo de ser a “*presidenta*” do Brasil. Deveriam então os bancos ter “*gerentas*”?

É saudável manter distância desses modismos linguísticos, que logo viram vícios. (VEJA, 2010, p. 98)

É possível perceber que a revista em questão rejeita veementemente o uso do substantivo *Presidenta*. É válido salientar a irônica comparação que a revista faz entre as palavras “*gerentas* e *presidentas*”. Esta evidencia certo desconhecimento por parte da Revista das regras gramaticais já

apresentadas, pois, segundo as gramáticas tradicionais (nas quais a revista parece se fundamentar), essa formação do feminino pela troca do *-e* pelo *-a* é perfeitamente possível.

Por conseguinte, ressaltamos que a escolha por parte da então candidata Dilma Rouseff do vocábulo *Presidenta* em detrimento da palavra *Presidente* pode estar atrelada à sua ideologia partidária. Desse modo, intencionalmente, ela, juntamente com o seu partido, preferem esse termo, visto que este põe em evidência “o novo”, “o inédito”, além de implicitamente destacar as conquistas das mulheres.

Logo, assim como parece ideológica a escolha da *Presidenta* Dilma, a rejeição do novo termo pela revista *Veja* também pode estar associada a uma rejeição ao sistema de ideias da candidata e do seu partido. Não obstante, é inegável o preconceito linguístico perceptível na seguinte afirmação: “É saudável manter distância desses modismos linguísticos, que logo viram vícios”. Ou seja, erroneamente eles ainda acreditam que exista uma única maneira de falar e escrever o Português, pautada nas prescrições das gramáticas normativas.

Tendo em vista essas considerações, na seção “Leitor” da referida revista, encontramos trechos de dois leitores falando sobre nosso tema. Um fragmento foi extraído da edição de 12 de janeiro de 2011 e o outro trecho foi extraído da edição de 19 de janeiro de 2011, respectivamente. Observemos:

Parabéns pela primorosa edição 2198 (5 de janeiro), da qual extraio dois destaques: a consolidação da excelente Lia Luft como colunista assídua e a manutenção do vocábulo *presidente* como substantivo comum de dois, a despeito da força que certo marketing planaltino faz para infundir o feminino *presidenta*.

José Argemiro

Osasco, SP

Presidente ou presidenta

Perfeita a observação do leitor José Argemiro, na *VEJA* de 12 de janeiro. A maioria dos vocábulos terminados em *o* muda, ou pode mudar, para *a* no feminino. Sargento/sargenta dá certo, mas cabo não admite a mudança.

Substantivos comuns de gêneros, como explicou o leitor, não mudam. Se fosse possível ter um presidente, até entenderia o uso de presidenta.

Mario Menezes

Londrina, PR

Diante do exposto, é patente novamente a rejeição do “novo” vocábulo por parte desses leitores. Talvez esta rejeição ocorra porque eles ainda crêem, como afirma Marcos Bagno (2003, p. 43) no livro “*A Norma Oculta*”, que existe uma única maneira “certa” de falar a língua e que Língua seria aquele conjunto de regras e preceitos que aparecem nos livros chamados gramáticas. Desse modo, tentam preservar esses usos, como um padrão a ser observado por todos os falantes que desejam usar a Língua de maneira “correta”, “civilizada” e “elegante”.

Na seção “Veja Essa” na qual a revista apresenta algumas frases de celebridades e políticos, encontramos:

“Pela ordem, senhor presidente. Senhora presidenta da República.”

Da senadora MARTA SUPPLY, tão “descontenta” e “impacienta” que quase chamou a “tenenta” que atendia uma “pacienta” “adolescenta” e “clienta”...

“Muito obrigado a vossa Excelência, mas estou usando a fórmula francesa: *madame Le président.*”

JOSÉ SARNEY

É possível perceber, através dessa reivindicação da senadora Marta Suplicy, que há uma grande carga semântica por trás desta palavra, quer dizer, o termo evoca vários outros significados, pois *Presidenta* não representa apenas um “novo” vocábulo para se referir a uma representante do país, quem sabe o termo represente também para as mulheres brasileiras, uma grande conquista, a conquista de ter uma mulher no cargo mais importante do país.

Além disso, esse “novo” vocábulo pode representar também toda uma mudança social que vem ocorrendo com as mulheres que há tempos atrás não podia se quer votar, e hoje ocupa vários

cargos públicos. Talvez seja por isso que as mulheres fazem tanta questão do seu uso, porque esse termo carrega uma carga semântica que ultrapassa seu sentido estritamente linguístico.

Até mesmo a Presidenta, Dilma Rousseff, já se manifestou dizendo que prefere o novo termo. Desse modo, voltamos ao que já dissemos: o significado não se esgota no conteúdo conceitual que ele evoca, mas é significativa também a maneira como esse conteúdo é construído e interpretado, pois o significante não contém todo o significado; precisamos contar com a construção deste a partir da situação de uso.

No que concerne ao comentário de Veja que vem abaixo da citação de Marta Suplicy, percebemos claramente o preconceito linguístico. Além disso, percebemos que a revista em questão quer defender uma tradição gramatical que eles não conhecem, pois até mesmo nas gramáticas tradicionais já é aceito o substantivo feminino *presidenta* como vimos anteriormente.

Não obstante, destacamos aqui que o uso da palavra *Presidenta* é cada vez mais frequente. No dia 15/02/2011 fizemos algumas pesquisas no *Google* da palavra *Presidenta*, somente em Língua Portuguesa e excluindo o termo *Presidente*. Vejamos o resultado: em 2009 o resultado da palavra apareceu no *Google* aproximadamente 409.000 vezes, em 2010 o resultado foi de 543.000 aproximadamente, porém em menos de 02 meses do ano de 2011 o seu resultado já foi de aproximadamente 641.000.

Assim, esses números indicam que de 2009 para 2010 o uso do termo *Presidenta* obteve um crescimento médio de 33%. Se compararmos o ano de 2009 com 2011 esse aumento foi de aproximadamente 57%. De 2010 para fevereiro de 2011 esse aumento foi de 18%, ou seja, em apenas um mês e meio do ano de 2011 já temos um aumento que corresponde a mais da metade do crescimento obtido no ano de 2010.

Sem dúvida, os falantes do Português Brasileiro estão se adequando a essas mudanças linguísticas. E, notadamente, as questões culturais são fundamentais para que ocorram as mudanças em uma Língua, pois, como vimos anteriormente, a linguagem não pode ser estudada como se fosse uma entidade autônoma, mas “como manifestações de capacidades cognitivas gerais, e como mecanismos de processamento da experiência cultural, social e individual” (SILVA, 1997, p. 59).

Considerações Finais

Nesse momento, retornamos ao nosso ponto de partida, uma vez que comprovadamente o crescente uso do vocábulo *Presidenta*, está relacionado com as mudanças socio-culturais do país. Contudo, é preciso fazer uma ressalva, pois, como vimos acima, o termo Presidente é protótipo, então, apesar do crescente uso do “novo” vocábulo, muitos, por razões já apontadas acima, ainda preferem o termo antigo.

Desse modo, esperamos com este trabalho trazer alguma contribuição para o ensino de Língua Portuguesa, uma vez que este apresenta a Língua em seu uso e mostra que a linguagem é um sistema para categorizar o mundo, sendo ela o reflexo das nossas capacidades cognitivas gerais, bem como das nossas experiências pessoais.

Em suma, como professores de Língua Portuguesa, não podemos perder de vista a importância do educador na promoção de uma mudança na mentalidade de nossos alunos acerca do que é Língua Portuguesa e também do seu ensino. Assim, acreditamos que ensinar o domínio da Língua Portuguesa também significa ensinar aos alunos o respeito às diferenças, inclusive e principalmente, as diferenças linguísticas.

Referências:

BAGNO, M. **A norma oculta. Língua e poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola. 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** 37 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMARA Jr., J. Mattoso. O nome e suas flexões. In: **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1984.

CUNHA, Celso, CINTRA, Luiz F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

REVISTA VEJA. **Nós Falamos Mal, Mas Você Pode Fazer Melhor.** Rio de Janeiro: Abril, ano 43, Ed. 2177, n. 32, p. 98. 11 de Agosto de 2010.

REVISTA VEJA. **Leitor.** Rio de Janeiro: Abril, ano 44, Ed. 2199, n. 2, p. 30. 12 de Janeiro de 2011.

REVISTA VEJA. **Leitor**. Rio de Janeiro: Abril, ano 44, Ed. 2200, n. 3, p. 29. 19 de Janeiro de 2011.

REVISTA VEJA. **Panorama Veja Essa**. Rio de Janeiro: Abril, ano 44, Ed. 2204, n. 7, p. 52. 16 de Fevereiro de 2011.

SANDMAN, Antônio José. Morfologia lexical x morfologia flexional. In: **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1991.

Referências Eletrônicas:

Pesquisa da palavra Presidenta. Disponível em: <www.google.com.br>.

SILVA, Augusto Soares. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/02-Augusto_Soares.pdf>.

_____. «Linguagem, Cultura e Cognição, ou a Linguística Cognitiva». In: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.), **Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva**. Coimbra: Almedina, vol. I 2004. Disponível em <http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt/05-11_silva.html>.

_____. A Linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**, vol. I (1-2), 1997. Disponível em: <<http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>>.

SOUSA, Fernanda Cunha. O que é Linguística Cognitiva? Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/entretextos/pdf/01.pdf>>.